

Parte I - Conceitos de cidade e campo – da dicotomia à
relação cidade-campo
**Capítulo 3 - A possibilidade de levantar dados sobre a
percepção espacial do rural e do urbano no Brasil**

Gabriel Bias-Fortes
Glauco José Marafon

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BIAS-FORTES, G. and MARAFON, G. J. A possibilidade de levantar dados sobre a percepção espacial do rural e do urbano no Brasil. In: MARAFON, G. J., and COSTA, E. M., eds. *Cidade e campo: olhares de Brasil e Portugal* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020, pp. 57-78. ISBN: 978-65-87949-05-5. <https://doi.org/10.7476/9786587949055.0004>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo 3

A possibilidade de levantar dados sobre a percepção espacial do rural e do urbano no Brasil

Gabriel Bias-Fortes
Glaucio José Marafon

O levantamento do espaço rural e urbano no Brasil é atualmente realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de critérios político-administrativos (na adequação da malha de setores censitários às legislações municipais) ou morfológicos (pela adoção do perímetro urbano para fins estatísticos em caráter residual), conforme metodologia do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2016). Nessa metodologia, o território brasileiro é classificado em áreas rurais e áreas urbanas conforme a aplicação de um dos critérios na fragmentação do território em setores censitários. Apesar da recente elaboração de novos critérios de identificação de espaços rurais e urbanos no Brasil (IBGE, 2017), não há – em escala nacional – um procedimento que viabilize o levantamento do espaço geográfico percebido pelas pessoas.

Ao analisar o espaço (rural e urbano) percebido pelas pessoas, considera-se uma interpretação espacial diversa do que é preestabelecido pelo poder público, da associação pura com a produção e a atividade econômica, ou ainda da forma morfológica e estrutural presente nesses espaços, tendo em vista que uma mesma forma pode evocar percepções individuais distintas em virtude das experiências e das concepções de cada pessoa.

Nessa dimensão do espaço percebido, as ideias de rural e urbano se apresentam como abstrações sustentadas no imaginário do coletivo, criando paradigmas no entendimento desses espaços. São, assim, uma construção social elaborada pela percepção dos indivíduos, que, segundo Guerra (1993), é fundamentada tanto pelo cotidiano (espaço vivido pelo sujeito) quanto pelo imaginário social

(relacionado às conjunturas históricas e a representações desejáveis). Entende-se, portanto, que o espaço pode ser interpretado e representado segundo a ótica do sujeito que o percebe. Assim, ao trazer essa premissa para a temática que envolve os espaços rurais e urbanos, questiona-se a possibilidade de realizar um levantamento que captasse a percepção espacial das pessoas sobre o rural e o urbano.

Nesse aspecto, concorda-se com Rocha (2002, p. 75) que “a percepção é a forma como, através dos sentidos, as coisas do mundo natural ou humano chegam à consciência” (Rocha, 2002, p. 75). A percepção espacial seria, portanto, a forma como determinados espaços são compreendidos e interpretados pelas pessoas.

A associação desse entendimento com a fenomenologia e a geografia da percepção ocorre principalmente em conformidade com as investigações de Merleau-Ponty (2014), em que a percepção espacial do sujeito ocorre, de forma indissociável, tanto pelo conhecimento prévio e concepção do mundo exterior (que se faz presente independentemente do sujeito) quanto pela interpretação e identificação íntima que esse sujeito faz deste mundo exterior. Para o autor:

Deve-se dizer que é sob o mesmo ponto de vista: eu compreendo o mundo porque para mim existe o próximo e o distante, primeiros planos e horizonte, e porque assim o mundo se expõe e adquire um sentido diante de mim, quer dizer, finalmente porque eu estou situado nele e ele me compreende. Nós não dizemos que a noção do mundo é inseparável da noção do sujeito, que o sujeito se pensa inseparável da ideia do corpo e da ideia do mundo, pois, se só se tratasse de uma relação pensada, por isso mesmo ela deixaria subsistir a independência absoluta do sujeito enquanto pensador e o sujeito não estaria situado. Se o sujeito está em situação, se até mesmo ele não é senão uma possibilidade de situações, é porque ele só realiza sua ipseidade sendo efetivamente corpo e entrando, através deste corpo, no mundo. Se, refletindo na essência da subjetividade, eu a encontro ligada à essência do corpo e à essência do mundo, é porque minha essência como subjetividade é uma e a mesma que minha existência como corpo e com a existência do mundo, e porque finalmente o sujeito que sou, concretamente tomado, é inseparável deste corpo-aqui e deste mundo-aqui (Merleau-Ponty, 2014, p. 547).

Observa-se que essa abordagem se aproximaria desta compreensão dos espaços urbanos e rurais a partir da percepção individual e da identidade com o ambiente, buscando o entendimento desses espaços a partir de uma perspectiva

simbólica, experimental e fenomenológica, na qual cada indivíduo que interage com o ambiente expõe sua compreensão de rural ou urbano. Essa identidade, abordada em Guerra (1993), é construída num processo dinâmico, no qual os modos de vida são organizados pela percepção individual da realidade (de cada sujeito) em consideração ao contexto histórico que envolve o território vivido. Para a autora, os modos de vida são entendidos como um conjunto integrado de práticas articuladas a “representações do mundo” e a “imaginários sociais” (Guerra, 1993, p. 70).

Ao investigar uma identificação de espaços rurais e urbanos (ou mesmo categorias intermediárias entre essas classificações) segundo a concepção das pessoas que habitam e vivem nesses meios, parte-se da análise de um recorte selecionado como um espaço de identificação, simbolismos e subjetividade; da visão individual criada tanto pela experiência e vivência pessoal no ambiente quanto pela vivência coletiva e construção histórica nesse ambiente, concordando com Woods (2005) na ideia de territórios socialmente construídos. Para o autor, que trabalha a identificação desses espaços no “mundo rural” (Woods, 2005), a compreensão da construção social passa pelo caminho em que cada pessoa identifica um lugar, um objeto ou uma ideia por meio da atribuição de características sociais, culturais, estéticas e ideológicas, sendo que essa construção social, ainda que parta de uma reflexão individual, consolida-se somente quando um grupo de pessoas a imagina como tal, sendo, portanto, uma dimensão que, ao mesmo tempo, é individual e coletiva (o conjunto das reflexões).

De forma semelhante, Maia (2015, p. 70) analisa o espaço rural brasileiro a partir de imaginários que se constituem em “uma ação derivada de um significado referente a um conjunto de formas e processos que compõem o espaço geográfico, indicando e impondo ao ser social uma forma de estar neste espaço geográfico”. A imaginação geográfica do indivíduo, para o autor, é elaborada por um conjunto de imagens inter-relacionadas que produzem e refletem um imaginário construído socialmente.

Cabe, dessa forma, elaborar formas de captação da percepção geográfica em um dado território analisado, uma vez que essa percepção, em sintonia com Merleau-Ponty (2014), ocorre pela subjetividade na interpretação do mundo exterior. Nesse sentido, cabe a pontuação de Matthews (2010, p. 31) acerca do pensamento de Merleau-Ponty:

A fenomenologia, como Merleau-Ponty a vê, combina portanto uma forma de subjetivismo com uma forma de objetivismo. É subjetiva por reconhecer que toda experiência é uma experiência de alguém, que a ‘aparência das coisas’ é sua ‘aparência para um ‘sujeito’ específico’. Uma descrição dos fenômenos, isto é, da aparência das coisas, deve ser necessariamente a descrição de uma experiência subjetiva. Todavia, uma vez que o ser dos sujeitos é um ser-no-mundo, isto é, uma vez que a experiência consiste em estar envolvido no mundo, uma descrição da experiência subjetiva não é a descrição de algo puramente ‘interior’, mas de nosso envolvimento com um mundo que existe independentemente da experiência que temos dele. O mundo, diz Merleau-Ponty, não é algo em que meramente pensamos, mas o lugar no qual vivemos nossas vidas, o mundo em que atuamos, sobre o qual temos sentimentos e esperanças, além de ser o mundo que tentamos conhecer.

Assim, pensar no rural e no urbano pelo conjunto das percepções espaciais parte da identificação de cada sujeito que vive nesses territórios, este que forma sua compreensão com base em fatores objetivos e externos (o mundo exterior que independe de sua concepção) e fatores subjetivos (a forma como o sujeito interpreta esse mundo).

Ainda que o levantamento da percepção de cada indivíduo no Brasil acerca de sua localização em espaço rural ou urbano se mostre inviável em razão da operacionalização, o levantamento da percepção no nível domiciliar torna-se possível ao aproveitar a estrutura do Censo Demográfico do IBGE, que possibilitaria uma classificação rural/urbana (complementar à atual) que dialogue com a fenomenologia e a geografia da percepção.

Dessa forma, caberia a elaboração de um procedimento que enumere a percepção espacial do rural e do urbano a partir da concepção do entrevistado, aproveitando a estrutura de divulgação do IBGE no nível do setor censitário¹² como recorte territorial para divulgação complementar de informações relativas ao rural/urbano. Captar as representações que os cidadãos fazem de seu território é fundamental para identificar elementos do modo de vida da população e auxiliar o planejamento de políticas públicas.

¹ O setor censitário, na metodologia do IBGE, é a menor unidade territorial de coleta do instituto (IBGE, 2016, p. 286) formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural. Cada setor censitário possui um código de cadastro na base do instituto.

Nessa proposta metodológica, a intenção é obter uma identificação de ruralidade ou urbanidade por parte de cada sujeito de forma similar ao levantamento do critério de cor ou raça realizado nas operações censitárias do IBGE. Conforme metodologia adotada pelo instituto no Censo de 2010 (IBGE, 2010, p. 285), utiliza-se o método da autodeclaração induzida para obtenção da informação referente a cor ou raça, uma vez que se entende que esse método ocorre quando o entrevistado tem de escolher uma opção dentre um rol predefinido, em comparação ao da autodeclaração espontânea na qual não há categorias predefinidas para a resposta, de acordo com Osório (2003). Ao aplicar esse procedimento para o levantamento do rural e do urbano pela declaração do entrevistado – considerando aspectos logísticos e operacionais –, deve-se estabelecer a busca do dado no nível domiciliar em vez de buscar a opinião de cada residente.

Pela enumeração do critério referente a cor ou raça (eminentemente autodeclaratório) desde os primeiros censos, o IBGE se posiciona no campo fenomenológico na coleta desses dados conferindo uma abordagem perceptiva em cada indivíduo entrevistado e considerando que essa percepção é constituída no âmbito interno (concepções iniciais) e externo (como o indivíduo se vê no contexto em que vive). Nesse entendimento, Longo e Campos (2006, p. 2), ao analisarem as informações relacionadas a cor/raça nas pesquisas domiciliares, consideram que:

[...] a informação de raça/cor que subsidia os estudos sobre diferenças raciais é uma autodeclaração, ou seja, depende da percepção de cada um em relação à sua cor ou raça. Indo além, podemos pensar ainda que esta autodeclaração também pode estar associada de como o indivíduo vê o outro ou até mesmo de como ele imagina ser visto pela sociedade.

Haja vista essa experiência prévia na coleta de dados, seguindo uma abordagem fenomenológica/perceptiva e considerando que o instituto realiza a cada dez anos um censo demográfico no país, ocorre uma oportunidade estratégica para o levantamento da ruralidade/urbanidade por parte dos entrevistados. No censo, operação que realiza a listagem e a atualização de todos os domicílios em cada setor censitário – abordando, para a entrevista, aqueles que se encontram efetivamente ocupados e que servem de residência principal –, sugere-se a inserção de uma pergunta que levante a condição rural/urbana do domicílio pela concepção do morador responsável por responder ao questionário.

Em resumo, propõe-se incluir no questionário uma pergunta que corresponderia à percepção do rural e do urbano – considerando o recorte territorial no nível do setor censitário, utilizado pelo IBGE como base de coleta operacional de acordo com sua metodologia (IBGE, 2016) – de maneira que se aproveite um procedimento operacional já existente para enumeração da percepção individual rural/urbano (organizada no nível de setor censitário) a partir da inclusão de uma pergunta correlacionada à demanda, como, por exemplo: “O Sr./Sra./Srta. considera que o domicílio se localiza em área rural ou urbana?”.

Observando as limitações operacionais para enumeração da percepção de cada residente do domicílio entrevistado e uma vez que o próprio questionário vincula-se à unidade visitada, a resposta a essa pergunta (na opção rural ou urbana) valeria para todo o domicílio e seus residentes. Da mesma forma que a declaração de cor ou raça no questionário, esse aspecto seria autodeclaratório e, considerando que estaria vinculado ao domicílio e não a cada indivíduo, o levantamento pode corresponder mais a uma *alterdeclaração* que uma *autodeclaração* propriamente dita – considerando que a resposta do morador entrevistado valeria para os demais –, conforme exposto por Longo e Campos (2006).

Baseando-se no questionário do Censo Demográfico de 2010 – tanto no questionário básico quanto no questionário da amostra, ambos disponibilizados pelo portal eletrônico do IBGE –, a pergunta sugerida se encaixaria com maior eficácia como a primeira indagação do item 2 do questionário (rol de perguntas relativas às características do domicílio para domicílios particulares permanentes ocupados), conforme pode ser visto na figura 1. As demais perguntas seriam mantidas, de acordo com a sequência do questionário após a inclusão da pergunta sugerida (no caso, a pergunta sugerida se configuraria como o item 2.01, e as demais perguntas do bloco 2 se iniciariam a partir do item 2.02).

Figura 1 – Identificação, a partir do questionário básico do Censo Demográfico de 2010, do melhor campo de inserção da pergunta referente ao rural/urbano percebido pelo entrevistado

2 PARA DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES OCUPADOS CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO	
<p>2.01 - ESTE DOMICÍLIO É:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - PRÓPRIO DE ALGUM MORADOR - JÁ PAGO</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - PRÓPRIO DE ALGUM MORADOR - AINDA PAGANDO</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - ALUGADO</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - CEDIDO POR EMPREGADOR</p> <p><input type="checkbox"/> 5 - CEDIDO DE OUTRA FORMA</p> <p><input type="checkbox"/> 6 - OUTRA CONDIÇÃO</p> <p style="text-align: center;">Siga 2.02</p>	
<p>2.02 - QUANTOS BANHEIROS DE USO EXCLUSIVO DOS MORADORES EXISTEM NESTE DOMICÍLIO? (Inclusive os localizados no terreno ou na propriedade)</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - BANHEIRO(S) COM CHUVEIRO (OU BANHEIRA) E VASO SANITÁRIO (OU PRIVADA) (Se 0(zero), siga 2.03. Caso contrário, passe ao 2.04) (Se 9 ou mais de 9, registre 9. Se não existir registre 0 (zero))</p>	
<p>2.03 - UTILIZA SANITÁRIO OU BURACO PARA DEJEIÇÕES, INCLUSIVE OS LOCALIZADOS NO TERRENO OU NA PROPRIEDADE? (Cercado por paredes de qualquer material)</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 2.04) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 2.05)</p> <p style="text-align: right; font-size: small;">Obs.: Dependendo da região do país, sanitário pode ser conhecido como: casinha, patente, latrina privada, senlina, retrete, casa-de-força, cambrone</p>	

Fonte: Org. do autor, 2019.

Nota: Figura elaborada a partir do questionário do Censo Demográfico de 2010.

Com a coleta da informação realizada junto à operação censitária, bastaria o IBGE classificar cada setor censitário em conformidade com parâmetros de classificação rural-urbano pré-definidos em relação ao conjunto de declarações domiciliares acerca da pergunta. Como exemplo para a pesquisa, adotou-se o parâmetro de classificação utilizado em nível regional pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), exposta por Schneider (2009, p. 2), que traz cortes percentuais que podem ser utilizados para classificação de setores censitários pela percepção em cada domicílio. A adaptação desses parâmetros está resumida no quadro 1:

Quadro 1 – Proposta de parâmetro de classificação do setor censitário conforme o percentual de percepção territorial entre rural e urbano

Classificação	% Declaração de localização do domicílio em área rural
Perceptível Rural	Acima de 50%
Perceptível Intermediário	15% – 50%
Perceptível Urbano	Abaixo de 15%

Fonte: Org. do autor, 2019.

Nota: Adaptação a partir do quadro da OCDE, em Schneider (2009).

Nessa categorização, o setor censitário estaria classificado como rural, intermediário ou urbano (pelo critério da percepção do entrevistado) em razão do conjunto de declarações domiciliares (localização em área rural ou urbana) em cada setor.

Ao incorporar esses valores estipulados pela OCDE na criação de um parâmetro de classificação do rural/urbano percebido pelo entrevistado, obtém-se uma categoria intermediária que, além de dar origem a um novo universo de pesquisa, rompe com a interpretação dicotômica sobre o tema e, uma vez que o procedimento também utilizaria o setor censitário como base de divulgação, torna-se possível comparar os dados oficiais respaldados na metodologia atual de apuração do território rural/urbano com os dados listados a partir dessa metodologia de classificação pela percepção do entrevistado.

Assim, a proposta metodológica exposta se firma: 1) na pergunta sugerida para o levantamento do caráter de ruralidade/urbanidade; 2) na utilização do setor censitário como recorte territorial; 3) nos parâmetros expostos no quadro 1 como critério de classificação; e 4) na estrutura operacional do Censo Demográfico para a coleta das informações.

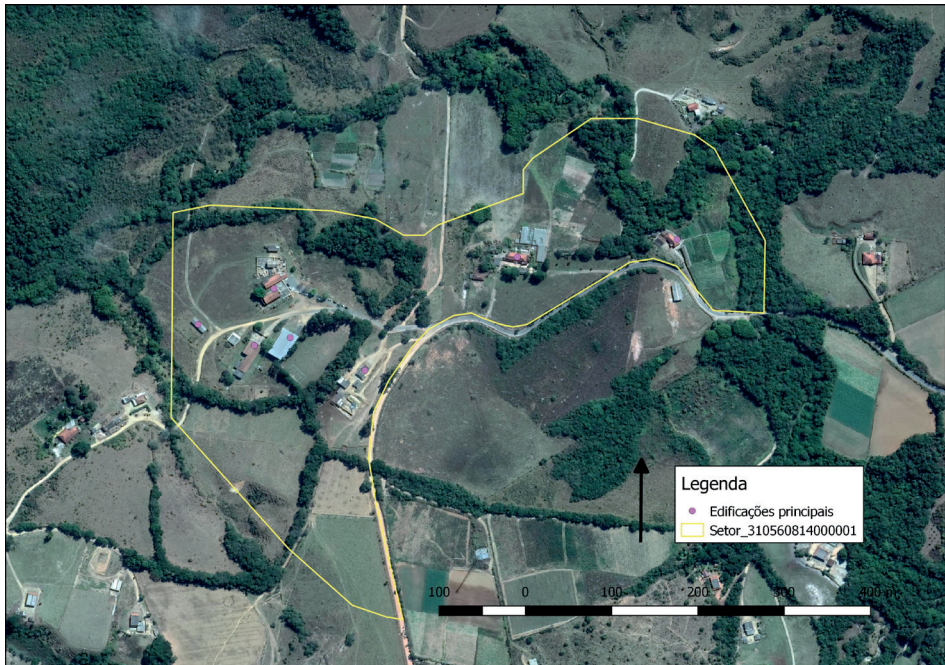
O teste do procedimento proposto

Para testar o método, optou-se pela aplicação desse procedimento em três áreas que, apesar de apresentarem características distintas, foram classificadas como áreas urbanas no levantamento do Censo Demográfico de 2010. Essas áreas correspondem a três setores censitários (área operacional de coleta do IBGE): um localizado no distrito do Faria, em Barbacena/MG; outro localizado na Ilha Grande (município de Angra dos Reis/RJ), na localidade conhecida como Abraãozinho²³; e outro na localidade conhecida como Barra do Sana, em Macaé/RJ – representados, respectivamente, na malha de setores censitários do Censo Demográfico de 2010 pelos setores de geocódigo 310560814000001, 330010010000005 e 330240340000005.

² No setor, há mais de uma localidade cadastrada (Praia da Crena, Praia da Gaxumba, Praia do Morcego, Praia do Sobrado e Sítio do Frederico); a fim de facilitar a análise, optou-se por generalizar na localidade principal – Abraãozinho.

Em todos os testes (Faria, Abraãozinho e Barra do Sana), utilizou-se da malha censitária de 2010 divulgada pelo IBGE para isolar os “setores-alvo” do procedimento a fim de compor as imagens e mapas usados durante o trabalho de campo. Nessas imagens – com o auxílio do software QGIS versão 2.18 –, optou-se por indicar previamente as construções e prováveis construções para facilitar a orientação no trabalho de campo (figuras 2, 3 e 4).

Figura 2 – Setor censitário referente à localidade (distrito) do Faria, em Barbacena/MG



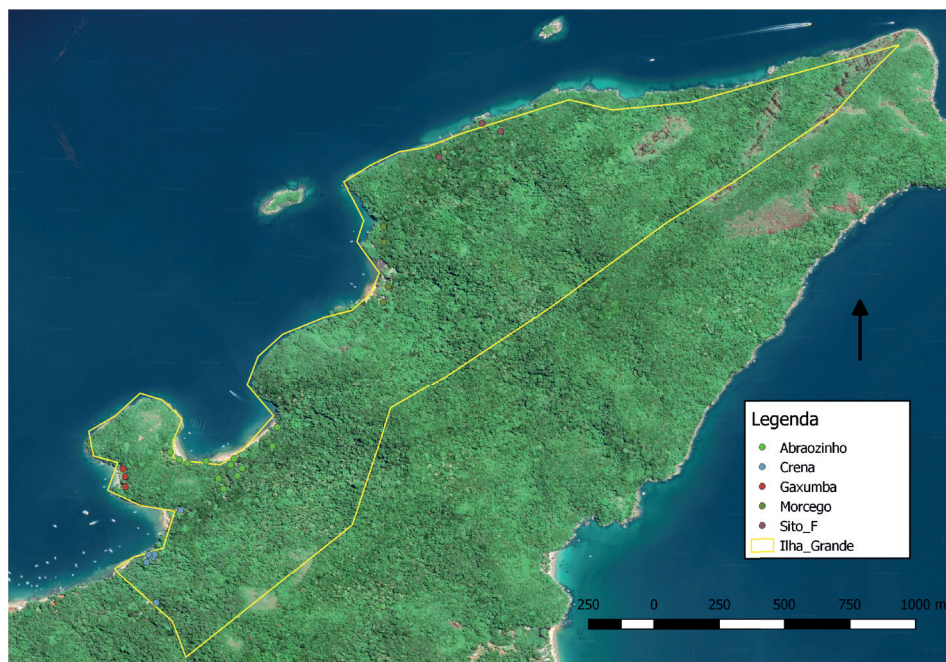
Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Nota: Elaborado no *software* QGIS com imagem da camada *Google Satellite* (geoserviço disponível no *software* pelo *plugin Quickmaps Services*).

Além dos mapas e imagens para facilitar a coleta de dados no trabalho de campo, os arquivos gráficos dos setores (originalmente em formato *shapefile*) foram convertidos para o formato *Keyhole Markup Language* (KML), de forma a possibilitar a orientação dos pesquisadores pelo uso do aplicativo *Google Earth*

no *Smartphone* (com o localizador ativado). Assim, fora possível identificar a posição do pesquisador referente aos pontos previamente detectados durante os trabalhos de campo.

Figura 3 – Setor censitário referente à localidade de Abraãozinho, em Angra dos Reis/RJ



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Nota: Elaborado no *software* QGIS com imagem da camada *Google Satellite* (geoserviço disponível no *software* pelo *plugin* *Quickmaps Services*).

Figura 4 – Setor censitário referente à localidade de Barra do Sana, em Macaé/RJ



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Nota: Elaborado no *software* QGIS com imagem da camada *Google Satelite* (geoserviço disponível no *software* pelo *plugin Quickmaps Services*).

Ainda que o procedimento vise a obter apenas a percepção da condição rural/urbana do domicílio, é necessário acrescentar ao levantamento algumas informações adicionais para validar a metodologia, pois, tendo em vista que não há de se reaplicar o questionário do Censo Demográfico com a inserção da pergunta, deve-se verificar minimamente dados referentes a idade, profissão e escolaridade e, em especial, se o morador residia no domicílio em 2010; para fins de análise, também são obtidas algumas informações adicionais. Assim, o conjunto de informações levantadas referem-se a:

1. Nome e idade do proprietário do domicílio ou do responsável pelas informações;
2. Profissão e escolaridade do proprietário do domicílio ou do responsável pelas informações;

3. Tempo de residência no domicílio – uma vez que o levantamento testado refere-se a 2019, apura-se esta informação para permitir a comparação com os dados oficiais referenciados em 2010 (de forma que os dados dos entrevistados que não residiam no domicílio durante o Censo de 2010 não são considerados para fins de comparabilidade);
4. Percepção territorial – se o entrevistado considera o domicílio localizado em área rural ou urbana (pergunta estabelecida na forma proposta anteriormente);
5. Justificativa da percepção territorial – embora não esteja contemplada na proposta geral exposta anteriormente, aproveitou-se o teste para coleta de informações extras que podem vir a auxiliar a compreensão do rural/urbano pela abordagem fenomenológica;
6. Divulgação oficial – se o entrevistado tem algum conhecimento acerca da divulgação oficial do domicílio como urbano, a fim de verificar a possibilidade desse conhecimento prévio interferir na percepção.

A partir da necessidade desses dados, cria-se uma sequência de perguntas elaboradas a fim de se evitar o fornecimento prévio de informações pelo entrevistador que possam vir a afetar a percepção rural/urbano do entrevistado. Essa sequência está disposta no quadro 2.

Quadro 2 – Sequência de perguntas para o procedimento

Ordem na Sequência	Tema da Pergunta
1 pergunta	Nome
2 pergunta	Idade
3 pergunta	Profissão
4 pergunta	Escolaridade
5 pergunta	Tempo de residência
6 pergunta	Percepção Territorial
7 pergunta	Justificativa
8 pergunta	Conhecimento prévio da divulgação oficial

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O próximo passo consiste no levantamento dos domicílios particulares permanentes ocupados no setor, estes que serviriam de base para a coleta da informação referente ao procedimento sugerido caso fosse aplicado no Censo de 2010 (em conformidade com o que fora exposto). Em consulta à tabela do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) – disponível no *site* do IBGE – referente às unidades visitadas em cada setor na operação de 2010, existiam para o setor na localidade do Faria 4 domicílios particulares num total de 8 endereços (1 em construção e 3 estabelecimentos de outras finalidades); já para a localidade de Abraãozinho, existiam 29 domicílios particulares e 2 domicílios coletivos, num total de 35 endereços urbanos (2 em construção e 2 estabelecimentos de outras finalidades). Por fim, na localidade de Barra do Sana, existiam 53 domicílios particulares, num total de 67 endereços urbanos.

Uma vez levantada a situação de cada setor em 2010 (quantitativo de domicílios particulares que serviram como base para a entrevista do Censo), a etapa seguinte refere-se à identificação dos domicílios particulares que atualmente estão ocupados no setor e a coleta das informações propriamente dita – conforme a sequência exposta anteriormente, no quadro 2. Há de se considerar que a coleta de informações é realizada somente nos domicílios particulares, descartando os domicílios coletivos e os demais endereços (que estavam na condição de construção ou estabelecimentos de outras finalidades).

Também deve ser levado em consideração que, após as entrevistas, deve-se utilizar somente as informações referentes aos moradores que habitavam os endereços durante o Censo de 2010, de forma a possibilitar a comparação da informação coletada com a que fora coletada no último Censo. Os dados obtidos nesse levantamento estão compilados e dispostos nos quadros 3, 4 e 5.³

³ A fim de preservar o sigilo do entrevistado, optou-se por substituir o nome do morador pela expressão Entrevistado 1, Entrevistado 2 etc.

Quadro 3 – Compilação dos dados coletados em trabalho de campo para o setor no distrito do Faria, em Barbacena/MG – trabalho de campo realizado em 25/08/2017

Variável\Domicílio	Domicílio 1	Domicílio 2	Domicílio 3
Nome	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
Idade	68	55	72
Profissão	Produtor Rural	Produtor Rural	Produtor Rural
Escolaridade	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto
Tempo de residência	30	55	52
Percepção territorial	Rural	Rural	Rural
Justificativa	Morfológica (paisagem e ambiente rural)	Infraestrutura rural; ausência de serviços; produção agropecuária	Pagamento de imposto rural (ITR)
Conhecimento prévio da divulgação oficial	Não	Não	Não

Fonte: Org. do autor, 2019.

Dos 4 domicílios particulares listados no Censo de 2010 pelo IBGE nesse setor da localidade de Faria (conforme divulgação mencionada anteriormente), identificaram-se 3 endereços com moradores no trabalho de campo. Nesses endereços, todos os 3 moradores foram encontrados e residiam no domicílio há mais de 10 anos, de forma que as declarações dos 3 tornam-se válidas para fins de comparação com o que fora levantado oficialmente em 2010.

Quadro 4 – Compilação dos dados coletados em trabalho de campo para o setor na localidade de Abraãozinho, em Angra dos Reis/RJ – trabalho de campo realizado em 24/08/2019

Variável\Domicílio	Domicílio 1	Domicílio 2	Domicílio 3
Nome	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
Idade	55	58	74
Profissão	Fotógrafo	Jardineiro/Caseiro	Jardineiro/Caseiro

Escolaridade	Superior completo	Fundamental incompleto	Alfabetizado
Tempo de residência	15	20	50
Percepção territorial	Rural	Rural	Rural
Justificativa	Maior contato com a natureza	Distância e acessibilidade	Ritmo menos acelerado; área de proteção ambiental
Conhecimento prévio da divulgação oficial	Não	Não	Não
Variável\Domicílio	Domicílio 4	Domicílio 5	X
Nome	Entrevistado 4	Entrevistado 5	X
Idade	51	38	X
Profissão	Caseiro/Serviços Gerais	Marinheiro	X
Escolaridade	Fundamental completo	Fundamental incompleto	X
Tempo de residência	44	20	X
Percepção territorial	Rural	Rural	X
Justificativa	Infraestrutura rural	Infraestrutura rural e comércio reduzido	X
Conhecimento prévio da divulgação oficial	Não	Não	X

Fonte: Org. do autor, 2019.

Dos 29 domicílios particulares listados no Censo de 2010 pelo IBGE, identificaram-se 16 domicílios particulares no trabalho de campo, sendo que destes foram encontrados 11 domicílios com moradores (nos quais foi possível realizar a entrevista), 4 domicílios sem morador e 1 domicílio cujo responsável optou por não participar da pesquisa. As demais edificações na área correspondiam a casas de veraneio, aluguel por temporada, estabelecimentos comerciais, pousadas etc. Dos moradores entrevistados, somente 5 residiam na localidade há mais de 10 anos, de forma que suas declarações podem ser utilizadas na pesquisa e comparadas ao levantamento oficial de 2010.

Quadro 5 – Compilação dos dados coletados em trabalho de campo para o setor na localidade de Barra do Sana, em Macaé/RJ – trabalho de campo realizado em 05/10/2019

Variável\Domicílio	Domicílio 1	Domicílio 2	Domicílio 3
Nome	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
Idade	35	56	59
Profissão	Empresária	Trabalhador autônomo	Trabalhador rural
Escolaridade	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto
Tempo de residência	35	11	30
Percepção territorial	Rural	Urbano	Rural
Justificativa	Infraestrutura rural	Infraestrutura e serviços turísticos	Maior contato com a natureza
Conhecimento prévio da divulgação oficial	Não	Não	Não
Variável\Domicílio	Domicílio 4	Domicílio 5	X
Nome	Entrevistado 4	Entrevistado 5	X
Idade	65	64	X
Profissão	Empresário	Motorista	X
Escolaridade	Ensino Médio	Superior incompleto	X
Tempo de residência	28	26	X
Percepção territorial	Rural	Rural	X
Justificativa	Infraestrutura rural; acessibilidade; contato com a natureza	Produção agropecuária; infraestrutura rural	X
Conhecimento prévio da divulgação oficial	Não	Não	X

Fonte: Org. do autor, 2019.

Dos 53 domicílios particulares listados no Censo de 2010 pelo IBGE, identificaram-se 12 domicílios particulares no trabalho de campo, sendo que

destes foram encontrados 6 domicílios com moradores (nos quais foi possível realizar a entrevista), 5 domicílios sem morador e 1 domicílio cujo responsável optou por não participar da pesquisa. As demais edificações na área correspondiam a casas de veraneio, aluguel por temporada, estabelecimentos comerciais, pousadas etc. Dos moradores entrevistados, somente 5 residiam na localidade há mais de 10 anos, de forma que suas declarações podem ser utilizadas na pesquisa e comparadas ao levantamento oficial de 2010.

A partir dos dados coletados e da análise do conjunto das declarações (descartando os levantamentos dos entrevistados que não residiam no setor durante o Censo de 2010), os setores 310560814000001, 330010010000005 estariam classificados como rural pelo critério da percepção espacial dos entrevistados – considerando que os mesmos proprietários/responsáveis pela declaração residiam no domicílio durante o levantamento do Censo de 2010 e declararam a percepção como rural (100% das entrevistas em ambos os setores). A única resposta obtida que percebe a localidade como urbana fora no setor 330240340000005, mas, ainda assim, o setor seria classificado como rural pelo critério de percepção dos entrevistados (mais de 50% identificando como rural). Assim, em comparação aos dados oficiais que atribuíram como urbano todo o território (e a população residente) desses setores, os indivíduos que residem neles identificam a localidade como rural (ainda que por critérios distintos). No quadro 6, observa-se essa comparação entre a classificação do rural/urbano perceptível obtida nesses levantamentos e a classificação oficial referente ao Censo de 2010.

Quadro 6 – Síntese dos levantamentos realizados e comparação à classificação oficial

Setor	Respostas que perceberam a localidade como rural em relação ao total de entrevistas válidas	Percentual atribuído como Rural	Classificação pela Percepção	Classificação Oficial 2010
310560814000001	3 em 3	100%	Perceptível Rural	Urbano
330010010000005	5 em 5	100%	Perceptível Rural	Urbano
330240340000005	4 em 5	80%	Perceptível Rural	Urbano

Fonte: Org. do autor, 2019.

Ao avaliar esses critérios distintos, que fomentaram a resposta da percepção espacial da localidade como rural, observa-se que, em áreas de produção agropecuária – como na localidade do Faria, em Barbacena/MG –, os moradores tendem a associar “rural/urbano” com infraestrutura, morfologia e atividade econômica – que conseqüentemente impacta no imposto cobrado. Já em áreas onde predomina a atividade turística – particularmente de ecoturismo –, como nas localidades de Abraãozinho, em Angra dos Reis/RJ, e Barra do Sana, em Macaé/RJ, acrescenta-se esse conjunto de associação espacial ao rural imaginado à ideia de um maior contato com o “ambiente natural”⁴. Nessas localidades, também observa-se uma maior presença de edificações de veraneio ou voltadas para a atividade turística – como casas de aluguel por temporada –, que não se configuram como residência principal.

Ainda há de se considerar, de acordo com a análise sobre rigor e qualidade de pesquisas qualitativas em Cornejo e Salas (2011), a validade do procedimento técnico como uma metodologia viável ao atender critérios como: credibilidade (inerente ao próprio processo participativo na coleta dos dados; relação entrevistador e entrevistado); auditabilidade (os dos coletados são passíveis de confirmação por outro pesquisador; e transferibilidade (o procedimento pode ser aplicado em outro recorte territorial). O procedimento realizado em ambas as localidades atende a tais critérios técnicos e reforça sua qualidade metodológica como uma forma de se buscar identificar o espaço rural/urbano.

O levantamento proposto corresponde a uma maneira complementar de se compreender os espaços rurais e os urbanos a partir da percepção das pessoas que habitam esses espaços. Ainda que o procedimento envolva a coleta em nível domiciliar – em vez de coletar a declaração de cada indivíduo –, e, paradoxalmente, um levantamento quantitativo – pela compilação do conjunto de declarações – para fundamentar uma classificação sustentada em critérios perceptivos, o procedimento proposto caracterizaria um grande avanço para a representação participativa do espaço, além de romper com a classificação dicotômica entre rural e urbano ao incluir uma categoria intermediária e criar possibilidades de comparação dos dados levantados por essa metodologia com dados provenientes de outros procedimentos de análise – como o método oficial de identificação do rural e do urbano no Brasil.

⁴ Ainda que, tal como a ideia de rural e urbano, a noção de “ambiente natural” seja socialmente construída no imaginário coletivo.

Considerações finais

Ao utilizar a estrutura do IBGE para o levantamento de dados referentes à percepção territorial do rural e do urbano de cada indivíduo – ao generalizar a declaração em nível domiciliar –, torna-se possível classificar os setores censitários a partir da combinação das declarações domiciliares. Não fora o objetivo da análise levantar qualquer crítica referente ao método de apuração dos territórios (rurais e urbanos) utilizado atualmente no Brasil, uma vez que essa listagem corresponde a uma metodologia consolidada, operacionalmente viável e passível de comparabilidade histórica.

O objetivo da análise foi elaborar um método que, ao utilizar a estrutura logística do IBGE, enumerasse a concepção do rural e do urbano a partir da percepção do responsável (entrevistado) pelas informações do domicílio durante a operação do Censo Demográfico. Reitera-se, portanto, que essa classificação do rural/urbano percebida ocorreria de forma complementar à classificação oficial e aproveitaria o *know-how* metodológico utilizado na autodeclaração – ou *alter-declaração*, como foi discutido – de cor/raça utilizada pelo instituto.

Ainda que utilize um método dedutivo que resulte na classificação entre rural/urbano pela lógica quantitativa (disposição proporcional pelo conjunto de declarações), a proposta metodológica busca uma abordagem com teor qualitativo ao dialogar com a fenomenologia e a percepção individual do território, tornando-o parte ativa na compreensão do espaço. Nesse sentido, concorda-se com Nogueira (2005, p. 10244), ao afirmar que não “se deve pensar nos sujeitos das pesquisas como meros informantes de dados, mas como autores, pois a experiência vivida por eles será a principal fonte de interpretação de nossas reflexões”, e com Pereira et al. (2010, p. 173), que consideram que:

A introdução da fenomenologia na Geografia pressupõe uma abordagem do espaço que considera a percepção do sujeito como integrante e em permanente interação. Assim, o mundo vivido e a subjetividade tornam-se fatores importantes para compreensão do espaço nos estudos geográficos.

Uma vez que a proposta consiste na inclusão de uma pergunta no questionário do Censo Demográfico aplicado pelo IBGE – aproveitando toda a estrutura logística da entidade – que evocasse a percepção do entrevistado sobre

a associação da localidade com o rural e o urbano, considerando a divulgação do conjunto dessas declarações por setor censitário, entende-se que o método utilizado é dedutivo. Embora essa divulgação ocorra pelo setor censitário, o questionamento associa-se com a localidade/localização do domicílio, de forma que a percepção espacial do entrevistado remete ao lugar – e não ao setor. A aproximação com a fenomenologia e a geografia da percepção ocorre pelo levantamento da compreensão territorial do entrevistado, que está incorporada à subjetividade na forma como este concebe o território, entretanto, não se realiza a descrição e a explicação do fenômeno em si.

A aplicação do procedimento no setor censitário referente às localidades conhecidas como Faria (Barbacena/MG), Abraãozinho (Angra dos Reis/RJ) e Barra do Sana (Macaé/RJ) revela a viabilidade do método como um levantamento complementar do rural/urbano, ainda que generalizado e disposto num gradiente rural-intermediário-urbano como fora sugerido. O reconhecimento dos domicílios em um levantamento prévio para a coleta posterior dos dados confere ao procedimento uma maior segurança metodológica, tal como levantar o tempo de residência a fim de sustentar a comparação dos dados coletados com os dados oficiais enumerados no Censo Demográfico de 2010.

Apesar de não se constituir em uma abordagem propriamente fenomenológica, essa investigação proporcionaria uma listagem prévia (em nível nacional) para subsidiar análises sobre a percepção do lugar pelas pessoas que o vivenciam e a comparação dos dados oficiais – embasados na lógica do ordenamento territorial pelo poder público – com os dados elaborados pelo conjunto da percepção das pessoas que habitam o território. Nesse sentido, concorda-se com Maia (2015) que, ao identificar o rural e o urbano por aspectos perceptivos, abre-se um caminho para a compreensão além das análises econômicas ou políticas, focalizando o interesse da pesquisa na coexistência simultânea de diversos campos sociais: o econômico, o político e o cultural. Nota-se, portanto, a potencialidade da adoção desse critério como forma de levantamento complementar ao oficial.

Referências

- BIAS FORTES, G. *Classificação brasileira do território rural e urbano: alternativas metodológicas e técnicas complementares à classificação atual* (dissertação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

- CORNEJO, M. e SALAS, N. “Rigor y calidad metodológicos: un reto a la investigación social cualitativa”. *Psicoperspectivas: Individuo y Sociedad*, v. 10, n. 2, p. 12-34, jan.-jun. 2011. Disponível em: <http://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/view/144/174>. Acesso em: 13 set. 2017.
- GUERRA, I. “Modos de vida: novos percursos e novos conceitos”. *Sociologia: Problemas e Práticas*, n. 13, p. 59-74, 1993. Disponível em: <http://sociologiapp.iscte-iul.pt/fichaartigo.jsp?pkid=270>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- IBGE. *Metodologia do Censo Demográfico de 2010*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Série Relatórios Metodológicos, v. 41).
 _____. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 09 mar. 2017.
- _____. *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- LONGO, L. A. F. B. e CAMPOS, M. B. “Auto ou alter-declaração?: uma análise da informação de raça/cor nas pesquisas domiciliares”. *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambu, p. 1-14, 2006. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/issue/view/35/showToc>. Acesso em: 09 mar. 2017.
- MATTHEWS, E. *Compreender Merleau-Ponty*. Trad. Marcus Penchel. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- MAIA, A. C. *O paraíso atrasado: a construção do rural no Brasil através do imaginário geográfico* (tese). Universidade Estadual Paulista, 2015.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- NOGUEIRA, A. R. B. “Uma interpretação fenomenológica na Geografia”. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, EGAL, São Paulo, p. 10243-62, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericacalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Metodologicos/11.pdf>. Acesso em: 13 set. 2017.
- OSÓRIO, R. G. *O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE*. Brasília: IPEA, 2003, texto para discussão n. 996.
- PEREIRA, L. A. G. et al. “Geografia fenomenológica: espaço e percepção”. *Caminhos de Geografia*, v. 11, n. 35, p. 173-78, set. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16271>. Acesso em: 13 set. 2017.

- ROCHA, L. B. “Fenomenologia, semiótica e geografia da percepção: alternativa para analisar o espaço geográfico”. *Revista da Casa de Geografia de Sobral*, v. 4, n. 1, p. 67-79, 2002. Disponível em: <http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/79>. Acesso em: 13 set. 2017.
- SCHNEIDER, S. “Território, ruralidade e desenvolvimento”. In VELÁZQUEZ LOZANO, Fabio. e MEDINA, Juan Guillermo Ferro (eds.). *Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI*. 1. ed. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.
- WOODS, M. *Rural geography*. Londres: Sage, 2005.